

CONTAS

DE

GERÊNCIA

2022

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2022 (A)	2021 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
Total 61					
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Trabalhos especializados	479,75 €	477,30 €	2,45 €	500,00 €	-20,25 €
- Honorários	6 361,50 €	6 300,00 €	61,50 €	6 300,00 €	61,50 €
- Serviços bancários	18,05 €	11,75 €	6,30 €	20,00 €	-1,95 €
- Material de escritório	4,40 €		4,40 €		4,40 €
- Comunicação	247,96 €	238,00 €	9,96 €	250,00 €	-2,04 €
- Despesas de representação	95,00 €	156,80 €	-61,80 €	70,00 €	25,00 €
Total 62	7 206,66 €	7 183,85 €	22,81 €	7 140,00 €	66,66 €
63. Gastos com o pessoal					
Total 63					
64. Gastos de depreciação e de amortização					
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor					
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Quotizações	1 760,00 €	1 760,00 €		1 760,00 €	
Total 68	1 760,00 €	1 760,00 €		1 760,00 €	
69. Gastos e perdas de financiamento					
Total Gastos	8 966,66 €	8 943,85 €	22,81 €	8 900,00 €	66,66 €

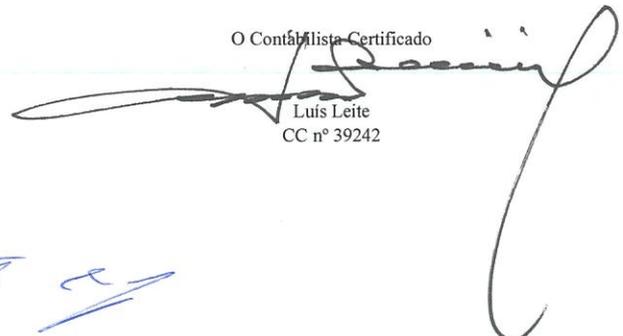
Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2022 (A)	2021 (B)			
Rendimentos					
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Quotizações e jóias	9 000,00 €	8 900,00 €	100,00 €	7 400,00 €	1 600,00 €
Total 72	9 000,00 €	8 900,00 €	100,00 €	7 400,00 €	1 600,00 €
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
Total 75					
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor					
78. Outros rendimentos e ganhos					
Total 78					
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	9 000,00 €	8 900,00 €	100,00 €	7 400,00 €	1 600,00 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	33,34 €	-43,85 €	77,19 €	-1 500,00 €	1 533,34 €
--	----------------	-----------------	----------------	--------------------	-------------------

A Entidade

x Manuel A. Soares Meada
 + Antónia Maria Antunes
 + ~~Isabel Segura~~
 + ~~Isabel Segura~~
 + Isabel Segura

O Contabilista Certificado


 Luis Leite
 CC nº 39242

R
M
K
S

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2022)

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **União Distrital das IPSS de Vila Real** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2022, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 33,34€.

2 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	9.000,00	8.900,00	100,00	1,12%
Total dos rendimentos	9.000,00	8.900,00	100,00	1,12%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
CMVMC				
FSE	7.206,66	7.183,85	22,81	0,32%
Trabalhos especializados	479,75	477,30	2,45	0,51%
Honorários	6.361,50	6.300,00	61,50	0,98%
Comunicação	247,96	238,00	9,96	4,18%
Despesas de representação	95,00	156,80	-61,80	-39,41%
Outros	22,45	11,75	10,70	91,06%
Gastos com pessoal				
Depreciações e amortizações				
Outros gastos e perdas	1.760,00	1.760,00		
Total dos gastos e perdas financ.				
Total dos gastos e perdas	8.966,66	8.943,85	22,81	0,26%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" que ascenderam em 2021 a 9.000,00€ (8.900,00€ em 2021).

Evolução dos rendimentos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	9.000,00	8.900,00	100,00	1,12%
Total dos rendimentos	9.000,00	8.900,00	100,00	1,12%

5 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes, utentes e fundadores (quotas), Estado e outros ativos correntes, ascendem a 6.060,89€ (10.200,89€ em 2021).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 3.981,39€ (5.731,39€ em 2021).

6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2022 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.



7 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

8 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

9 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

10 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 33,34€ para Resultados Transitados.

11 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Chaves, 17 de março de 2023

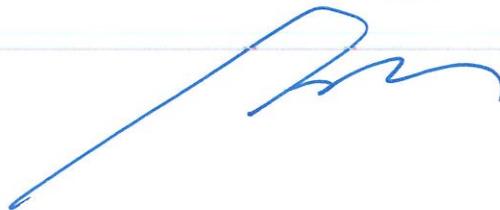
A Entidade

α Manuel A. P. Maciel
α Antero Gonçalves Martins
α ~~Antero Gonçalves Martins~~
α Isabel Segura

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2022 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade



Moeda: EUR

Balço Individual em 31-12-2022

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	9.1	5 160,89	9 300,89
Outros ativos correntes	9.2	900,00	900,00
Diferimentos	9.3	41,72	20,86
Caixa e depósitos bancários	4	10 843,10	8 440,62
		16 945,71	18 662,37
Total do ativo		16 945,71	18 662,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	7.1	20,00	20,00
Resultados transitados	7.1	12 910,98	12 954,83
		12 930,98	12 974,83
Resultado líquido do período	7.1	33,34	-43,85
Total do Fundo Patrimonial		12 964,32	12 930,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.1	696,00	246,00
Outros passivos correntes	9.2	3 285,39	5 485,39
		3 981,39	5 731,39
Total do passivo		3 981,39	5 731,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16 945,71	18 662,37

A Entidade

O Contabilista Certificado

x Manuel Augusto P. Almeida
x António José Patrício
x Isabel Sousa
x José Manuel de la Torre
x António José Patrício
x

Luís Leite
CC n.º 39242

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	5	9.000,00	8.900,00
Fornecimentos e serviços externos	9.4	-7.206,66	-7.183,85
Outros gastos	9.5	-1.760,00	-1.760,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33,34	-43,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33,34	-43,85
Resultado antes de impostos		33,34	-43,85
Resultado líquido do período		33,34	-43,85

A Entidade

O Contabilista Certificado

✓ Manuel António P. Silva
✓ António José Patrício
✓ [Signature]
✓ [Signature]
✓ Isabel Segura

Luís Leite
CC n.º 39242

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		13.140,00	6.723,86
Pagamentos a fornecedores		-10.664,67	-7.124,75
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	2.475,33	-400,89
Outros Recebimentos/Pagamentos		-72,85	0,00
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	2.402,48	-400,89
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	0,00	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2.402,48	-400,89
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.440,62	8.841,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.843,10	8.440,62

A Entidade

O Contabilista Certificado







Luís Leite
C C n.º 39242

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2022



ANEXO
(Período 2022)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

União Distrital das IPSS de Vila Real

NIPC 506 239 918

1.2 – Sede

Largo Caetano Ferreira – Apartado 70

Santa Maria Maior

5400-136 Chaves

1.3 – Natureza da atividade

A União Distrital das IPSS de Vila Real é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS),

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

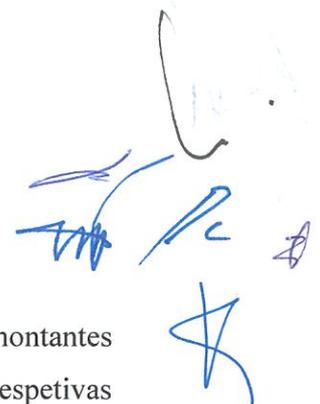
3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações



financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

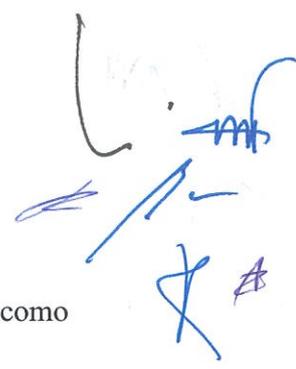
As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada



na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.



3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;



3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2022	2021
Caixa	1.274,70	880,38
Depósitos à ordem	9.568,40	7.560,24
Total	10.843,10	8.440,62

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2022	2021
Venda de bens		
Prestação de serviços	9.000,00	8.900,00
Juros		
Total	9.000,00	8.900,00

6 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

6.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como

componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

7 – Instrumentos financeiros

7.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2020	Aumentos	Reduções	2021	Aumentos	Reduções	2022
Fundos Líquidos	20,00			20,00			20,00
Resultados transitados	12.794,27	160,56		12.954,83		-43,85	12.910,98
Resultado Líquido	160,56		-204,41	-43,85	77,19		33,34
Total	12.974,83	160,56	-204,41	12.930,98	77,19	-43,85	12.964,32

8 – Divulgações exigidas por diplomas legais

8.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

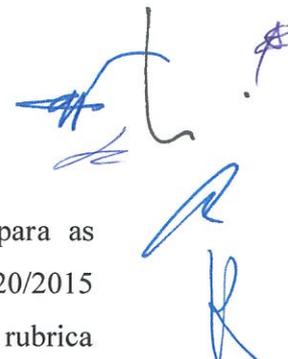
8.2 – A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

9 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2022			2021		
Capital subscrito e não realizado				9.300,89		9.300,89
Acionistas/sócios	5.160,89		5.160,89	9.300,89		9.300,89
Outros créditos a receber	900,00		900,00	900,00		900,00
Total	6.060,89		6.060,89	19.501,78		19.501,78
Passivos	2022			2021		
Fornecedores	696,00		696,00	246,00		246,00
Outras dívidas a pagar	3.285,39		3.285,39	5.485,39		5.485,39
Total	3.981,39		3.981,39	5.731,39		5.731,39



De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

9.2 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2022	2021
Ativo - Outros créditos a receber		
Anabela da Silva Santos	900,00	900,00
Total	900,00	900,00
Passivo - Outros passivos correntes		
Membros da Direção	1.588,00	1.588,00
Credores por acréscimos de gastos	1.697,39	3.897,39
Total	3.285,39	5.485,39

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço. 9.3 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2022	2021
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	17,39	17,39
Quotizações CNIS	1.680,00	3.880,00
Total	1.697,39	3.897,39

9.3 – Diferimentos

Diferimentos	2022	2021
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	41,72	20,86
Total	41,72	20,86
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		

9.4 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2022	2021
Trabalhos especializados	479,75	477,30
Honorários	6.361,50	6.300,00
Serviços bancários	18,05	11,75
Material de escritório	4,40	
Comunicação	247,96	238,00
Despesas de representação	95,00	156,80
Total	7.206,66	7.183,85

9.5 – Outros gastos

Outros Gastos	2022	2021
Quotizações	1.760,00	1.760,00
Total	1.760,00	1.760,00

9.10 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 33,34€ para Resultados Transitados.

Chaves, 17 de março de 2023

A Entidade

O Contabilista Certificado

António José Monteiro
Isabel Segura

Luís Leite
Luís Leite
CC n.º 39242

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2022

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) de Vila Real, na observância da legislação em vigor para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), bem como no cumprimento dos Estatutos da UDIPSS, vem junto das Instituições Associadas apresentar o seu Relatório de Atividades e Orçamento e Contas referente ao ano de 2022, cumprindo assim os objetivos elencados nos seus estatutos.

- ⇒ Apoiar e promover os interesses das Instituições Associadas;
- ⇒ Garantir a representatividade das suas Associadas, nomeadamente:
 - Junto do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real;
 - Junto da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);
 - Junto das Comunidades Intermunicipais que fazem parte da nossa área de intervenção;
 - Junto das Comissões Proteção de Crianças e Jovens
- ⇒ Manter a parceria informal com o Banco Alimentar Contra a Fome do distrito de Braga;
- ⇒ E ainda contribuir para o reconhecimento público das atividades desenvolvidas pelas Instituições Associadas.
- ⇒ Realizar ações de formação/esclarecimento de interesse das Instituições Associadas.

Durante o ano de 2022, a UDIPSS, a Direção da UDIPSS, participou em várias ações de trabalho, nomeadamente:

1 – Acompanhou o funcionamento dos grupos técnicos de trabalho nas variadas Comissões: Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação (AC), Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Educação e Plataformas Supraconcelhias;

2 – Participou trimestralmente nas reuniões de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação com os Senhores Diretores do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real;

3 – Reuniu sempre que necessário com a Direção do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real, para tratar assuntos das Instituições Associadas, nomeadamente aquando da revisão, em baixa, dos Acordos de Cooperação na área Infância e Juventude e ainda sobre as Cantinas Sociais;

4 – Procedeu em parceria com a empresa F3M, Ações de Formação em diversas áreas; nomeadamente a nível dos programas informáticos de apoio a gestão

5 – Distribuiu aleatoriamente às IPSS do distrito de Vila Real mais de 45 toneladas de fruta (peras, maçã);

6 – Distribuiu ainda mais de 5 toneladas de bens alimentares a algumas IPSS do distrito, que foram selecionadas pelo Banco Alimentar contra a Fome Nacional

7 – Procedeu ao agendamento e acompanhamento presencial, de várias Direções de IPSS do distrito, para reuniões temáticas, junto dos vários departamentos da CNIS.

8 – Prestação de apoio administrativo, informativo, legislativo e jurídico, respondendo aos vários pedidos que nos foram chegando por parte das IPSS. Divulgação de informação semanal através do "Notícias à Sexta" ou outra (*enviados via e-mail*);

9 – Emissão de pareceres sobre o cancelamento do estatuto de IPSS, Fundo de Socorro Social e ainda sobre revisão de Acordos de Cooperação em baixa, respondendo às solicitações das nossas Associadas;

10 – Participação nas várias reuniões trimestrais, do Conselho Geral da CNIS, na cidade de Fátima, sendo que, sempre foi possível a Direção faz a sua representação com mais do que um elemento;

Vila Real, 22 de março de 2022

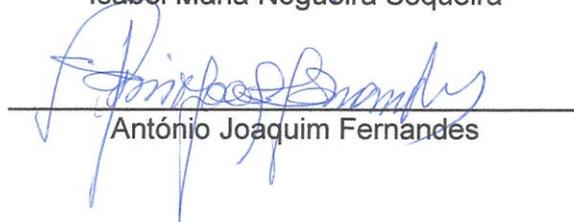
A DIRECÇÃO


Manuel Agostinho Borges Machado

António José Martins Ribeiro


Jorge Alexandre da Costa Rodrigues


Isabel Maria Nogueira Sequeira


António Joaquim Fernandes

ASSEMBLEIA GERAL

Este Relatório de Actividades referente ao ano de 2022 da UDIPSS do distrito de Vila Real, foi presente a votação na Assembleia Geral Ordinaria de Associadas, realizada no dia 27 de Março de 2023 e foi aprovado por unanimidade dos presentes.

A Presidente da Mesa da Assembleia



Dra. Lisete Serrano Baptista Gonçalves